



PROPOSTAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS PARA ÁREA DA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NAS LEGISLATIVAS DE 2019

*Posted on 29/09/2019 by Pedro Graça and Maria João
Gregório*

Category: [Artigo](#)

Os principais partidos políticos concorrentes às eleições legislativas de 2019 integram, pela primeira vez e de uma forma alargada, a promoção da alimentação saudável nos seus programas. Fazemos o exercício de elencar as diferentes propostas, quase sempre transcritas dos programas partidários originais, para comparação e análise. Contudo, salientamos que a seleção da informação considerada mais relevante de cada programa e sua agregação em diferentes áreas de intervenção reflete a análise dos autores.

Sem refletirmos sobre o mérito ou demérito de cada proposta política (essa tarefa cabe ao leitor) podemos verificar que a divisão clássica entre políticas ditas mais liberais, que tentam reduzir o poder do Estado incentivando a iniciativa privada, e as políticas social-democratas, com maior responsabilidade e intervenção do Estado como peça principal na promoção do bem-estar social, não se refletem nas propostas apresentadas na área da alimentação.

Seguindo esta linha de ideias, poderíamos admitir, por exemplo, que modelos ou propostas de regulamentação da oferta alimentar em ambiente escolar ou até de taxação de açúcar ou sal pudessem surgir do espectro situado tradicionalmente mais à esquerda ou que as propostas de maior investimento na comunicação e educação alimentar pudessem estar situadas mais à direita. Mas o que se encontra são diversas propostas soltas ideologicamente pelos diferentes programas. Esta situação é, muito provavelmente, resultado da descoberta recente das questões alimentares pelos nossos partidos políticos, tendo em conta a pressão de se fazerem propostas para modificar o consumo alimentar inadequado, o principal determinante dos anos de vida saudável perdidos pela população portuguesa. E também do facto da população votante ter uma perceção positiva das medidas tomadas até hoje para melhorar a qualidade da oferta alimentar (mesmos aquelas na área da criação de impostos) como foi recentemente comprovado em [trabalhos científicos](#). O Segundo

Grande Inquérito sobre Sustentabilidade realizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2019) avaliou se os portugueses estão disponíveis para uma intervenção do Estado na área da promoção da alimentação saudável, tendo-se verificado um notório apoio positivo. A maioria dos portugueses (quase 80%) está de acordo com a intervenção do Estado nesta área, incluindo medidas que habitualmente não colhem apoio por parte da população. Mais de 60% dos inquiridos referiu estar de acordo com a criação de impostos sobre alimentos pouco saudáveis. Para além destes aspetos, existem diferentes autores que colocam a possibilidade dos tradicionais antagonismos esquerda-direita não serem facilmente transponíveis para a área da política alimentar na medida em que os modos de produção e de distribuição envolvem questões sobreponíveis ideologicamente como por exemplo as ligadas à defesa da produção local que tanto podem ser colocadas na esfera da proteção ambiental global mais progressista como na área mais [conservadora e nacionalista](#).

Da análise dos diferentes programas eleitorais vislumbram-se três grandes áreas de investimento para a próxima legislatura. Uma aposta em medidas de prevenção da doença e promoção da saúde, onde a promoção de uma alimentação saudável se destaca. Outra área onde se observa a necessidade de intensificar as medidas de promoção da alimentação saudável em ambiente escolar. E por fim, a necessidade de aumentar o investimento e reforçar os cuidados de saúde primários para uma maior capacidade de resposta na área da nutrição.

Portugal possui desde 2012 uma estratégia alimentar nacional ou política alimentar nacional conduzida pela Direção-Geral da Saúde que integra diferentes áreas desde a avaliação da situação até diferentes propostas de intervenção para a melhoria do estado nutricional da população e sua monitorização. Nesta política, reconhecida já internacionalmente, destacam-se medidas que tendem a capacitar o cidadão para escolhas saudáveis e outras destinadas a melhorar o ambiente alimentar onde vivemos, tal como é recomendado pela OMS e pela Comissão Europeia. Ao se comparar esta estratégia com as medidas propostas pelos diferentes partidos, podemos verificar nos programas agora apresentados, um volume grande de propostas centradas na educação, na literacia e na intervenção nas escolas e nos refeitórios escolares. Uma área onde hoje, as autarquias e o poder local têm as principais responsabilidades na contratação de serviços de alimentação e no recrutamento de recursos humanos (nutricionistas nas autarquias). Infelizmente, os programas partidários passam ao lado desta questão bem como de outras, centrais para a melhoria operacional do estado nutricional das nossas populações. Contudo, poderemos relativizar, pois, esta é a primeira legislatura onde as questões da alimentação e nutrição constam (melhor ou pior) nas propostas programáticas de quase todos os partidos. Uma novidade importante para a nutrição em Portugal. A nutrição ganha voz política em Portugal através dos partidos políticos. Uma novidade que iremos acompanhar.

1. Promoção da alimentação saudável em contexto escolar

1. PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NAS ESCOLAS



PAN

“Garantir que todas as escolas têm o apoio de nutricionistas”

“Elaborar orientações com carácter vinculativo, sobre o modo de organização e funcionamento dos bufetes escolares, assegurando uma maior qualidade nas refeições fornecidas.”

“Determinar condições para a limitação de produtos prejudiciais à saúde nas máquinas de venda automática nas escolas, à semelhança do que existe para o Serviço Nacional de Saúde.”

“Determinar a não distribuição de leite achocolatado às crianças do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, no âmbito do programa de leite escolar, em virtude do elevado teor de açúcar.”

“Assegurar a qualidade nutricional da alimentação nas escolas, sendo que os concursos devem valorizar produtos frescos não refrigerados, produzidos em modo biológico e com equilíbrio nutricional.”

“Assegurar a formação nas cantinas em alimentação de base vegetal e nutricionalmente equilibrada.”

“Assegurar a monitorização e acompanhamento adequado das crianças aquando das refeições.”

“Garantir o cumprimento da lei, no que diz respeito ao acesso a uma alimentação vegetariana em todos os graus de ensino, impedindo critérios de exclusão, nomeadamente prazos de solicitação de uma refeição vegetariana.”

PS

“Apostar na saúde desde os primeiros anos de vida

A prevenção nos primeiros anos de vida das futuras gerações é uma prioridade, uma vez que crianças e adolescentes saudáveis tendem a tornar-se adultos saudáveis, mais autónomos e independentes, até ao envelhecimento. Para tal, o PS irá:

Responsabilizar os agrupamentos de centros de saúde pela articulação com as escolas na promoção da alimentação saudável e da atividade física, na prevenção do consumo de substâncias e de comportamentos de risco, na educação para a saúde e o bem-estar mental, capacitando as crianças e jovens para fazerem escolhas informadas e gerirem a sua saúde, com qualidade;”

CDS

“Reforçaremos as componentes de atividade física e educação alimentar nos currículos escolares”

“Repensaremos as opções alimentares nas escolas – Teremos nutricionistas nos ACES, colaborando com as escolas, e criando condições para que se tornem escolas com opções alimentares saudáveis em quantidade e qualidade, incentivando uma dieta rica e equilibrada.”

PSD

“Investir na literacia em saúde, com um papel fundamental das escolas no caso das crianças;”

2. Melhorar o acesso e a qualidade dos cuidados de saúde primários - Aposta nas consultas de nutrição

2. MELHORAR O ACESSO E A QUALIDADE DOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS - APOSTAR NAS CONSULTAS DE NUTRIÇÃO



PAN

“Reforçar a capacidade dos cuidados de saúde primários, hospitalares e integrados através do apoio no SNS”

“Garantir que todas as crianças com excesso de peso e obesidade têm um nutricionista atribuído no SNS”

PS

“Cuidados de saúde primários com mais respostas”

“Os cuidados de saúde primários são a base do sistema de saúde português e o melhor caminho para atingir a meta da cobertura universal em saúde. Por isso, é preciso reforçar os cuidados de saúde primários e, como esse propósito, o PS irá:

Continuar a diferenciar os cuidados de saúde primários, melhorando a sua resolutividade, não apenas generalizando os cuidados de saúde oral e visual, de psicologia e de nutrição e os meios de diagnóstico, mas oferecendo outras especialidades, como a ginecologia ou pediatria;”

PCP

“Garantir Cuidados de Saúde Primários (CSP) acessíveis e de qualidade”

“A realização de consultas com médicos especialistas de Pediatria e Obstetrícia e de outras consultas hospitalares de triagem nos CSP e a atribuição aos CSP de recursos nas áreas de Medicina Dentária, Oftalmologia, Psicologia, Ciências da Nutrição, Medicina Física e de Reabilitação, Imagiologia, Análises Clínicas e para o exercício de Telemedicina.”

3. Prevenção da doença e promoção da saúde

3. PREVENÇÃO DA DOENÇA E PROMOÇÃO DA SAÚDE

PAN

“Elaborar uma Lei de Bases e garantir o direito humano a uma alimentação adequada”

“Garantir a transversalidade da alimentação e nutrição em todas as políticas”

“Promover uma política de promoção da saúde através da alimentação”

“Promover ambientes alimentares salutogénicos”

“Garantir que todas as escolas têm o apoio de nutricionistas”

“Melhorar a rotulagem dos produtos alimentares, nomeadamente através da utilização do Semáforo Nutricional e do Semáforo Carcinogénico

“Desenvolver uma campanha pública de informação ao consumidor sobre alimentação saudável, nomeadamente informação sobre rotulagem”

“Promover iniciativas que permitam sensibilizar a população relativamente ao impacto na saúde do consumo excessivo de sal e açúcar”

“Reforçar, institucional e financeiramente, o Programa Nacional da Diabetes, permitindo a existência de mais um subdiretor na Direcção- Geral de Saúde, com a exclusiva competência de coordenar e monitorizar a implementação deste programa, bem como medidas, nesta área, envolvendo os Ministérios da Saúde e da Educação”

“Assegurar a divulgação anual de informação referente à despesa com medidas associadas com a prevenção da obesidade e da diabetes tipo 2”

“Elaborar orientações, com carácter vinculativo, sobre o modo de organização e funcionamento dos bufetes escolares, assegurando uma maior qualidade nas refeições fornecidas”

“Determinar condições para a limitação de produtos prejudiciais à saúde nas máquinas de venda automática nas escolas, à semelhança do que existe para o Serviço Nacional de Saúde”

“Impedir a disponibilização de refeições que contenham carnes processadas nas cantinas públicas, atendendo à posição da OMS que as categoriza como carcinogénicas”

“Determinar a não distribuição de leite achocolatado às crianças do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, no âmbito do programa de leite escolar, em virtude do elevado teor de açúcar”

“Interditar os açúcares adicionados em todos os alimentos para bebés, seguindo as recomendações nutricionais da OMS”

“Criar definições legais para os conceitos “vegetariano” e “vegano”, de acordo com as definições propostas pela European Vegetarian Union, clarificando o mercado sobre estes conceitos”

“Declarar Portugal como um país de destino Veggie Friendly, articulando com os municípios a sua concretização”

“Promover estratégias locais para a promoção da alimentação saudável, nomeadamente criando incentivos dirigidos aos municípios para a implementação sistemática, ao abrigo do pacto de Milão, de um dia de refeição vegetariana por mês em todas as escolas do respectivo município”

“Criar uma linha de apoio financeiro para formação sobre a preparação de refeições vegetarianas, no âmbito da implementação da Lei n.º 11/2017, de 17 de Abril, que estabelece a obrigatoriedade das instituições públicas oferecerem um menu vegetariano alternativo”

3. PREVENÇÃO DA DOENÇA E PROMOÇÃO DA SAÚDE**BE**

“Apostar na Saúde Pública para um SNS do século XXI. A Saúde Pública é a resposta da sociedade à necessidade da salvaguarda da saúde e bem-estar dos indivíduos e das comunidades. Enquanto corpo organizado do conhecimento, a Saúde Pública integra o saber das mais diversas áreas – desde a Medicina e a Epidemiologia, passando pelas Ciências Aplicadas, Estatística, Demografia, Sociologia, Direito, etc. A Moderna Saúde Pública entende a saúde como um recurso que deve ser corretamente “gerido”. Sendo os cuidados de saúde um dos determinantes de saúde, o planeamento em saúde (e a epidemiologia do planeamento) é uma das áreas mais relevantes da Saúde Pública XXI;”

“Prevenção e promoção. O Plano Nacional de Saúde termina em 2020 e começa agora um novo ciclo de planeamento que deve aprender como a avaliação do que foi realizado. A promoção da saúde, a prevenção da doença e o desenvolvimento de um paradigma de saúde em todas as políticas que alterem os determinantes de saúde são condições essenciais para baixarmos a carga de doença da população e, em simultâneo, aumentar a qualidade de vida em todas as fases da sua vida. É preciso investir mais do que os atuais 1% do orçamento do SNS em prevenção da doença e promoção da saúde e é preciso criar planos com medidas concretas e com execução monitorizável mensalmente;”

PSD

“Uma política de saúde para prevenir a doença”

“Forte promoção dos hábitos alimentares e de vida saudáveis e da ingestão de nutrientes vitais para a saúde humana em articulação estreita com o conhecimento científico disponível;”

“Agravamento fiscal dos produtos nocivos à saúde como, por exemplo, o açúcar ou o sal refinado (cloreto de sódio);”

“Investir na prevenção das doenças crónicas, adotando políticas ativas de saúde na prevenção para combater o sedentarismo, o alcoolismo, o tabagismo e a obesidade (adultos e crianças);”

“Promover estilos de vida saudáveis acentuando a importância da alimentação, do exercício físico e de uma vida equilibrada, sem excessos;”

“Investir na literacia em saúde, com um papel fundamental das escolas no caso das crianças;”

PS

“Apostar na saúde desde os primeiros anos de vida

A prevenção nos primeiros anos de vida das futuras gerações é uma prioridade, uma vez que crianças e adolescentes saudáveis tendem a tornar-se adultos saudáveis, mais autónomos e independentes, até ao envelhecimento. Para tal, o PS irá:

Responsabilizar os agrupamentos de centros de saúde pela articulação com as escolas na promoção da alimentação saudável e da atividade física, na prevenção do consumo de substâncias e de comportamentos de risco, na educação para a saúde e o bem-estar mental, capacitando as crianças e jovens para fazerem escolhas informadas e gerirem a sua saúde, com qualidade;”

PCP

“Promover a saúde pública”

“A criação em todos os concelhos de Unidades de Saúde Pública (USP) com recursos humanos e materiais. O reforço do Programa Nacional de Vacinação. O desenvolvimento de programas de avaliação e controlo de doenças emergentes e de combate das doenças infecciosas. O desenvolvimento de programas de Promoção da Saúde no âmbito da atividade física, alimentação saudável, saúde mental, dos processos de envelhecimento e de prevenção da diabetes, das doenças cardiovasculares e oncológicas.”

CDS

“Investir na saúde das futuras gerações através da educação

A prevenção das doenças e promoção da saúde constituem objetivos com grande potencial de impacto na sustentabilidade futura do SNS.

A literacia em saúde deve ser uma aposta com ganhos na prevenção e no uso adequado do sistema e cuidados de saúde. A sobrecarga nas urgências e no recurso excessivo a cuidados de saúde podem ser mitigados por via de uma maior educação em saúde.”

Nota

Os autores são professores de Política Nutricional na FCNAUP. Estiveram ou estão ligados ao Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) da Direção-Geral da Saúde. Os autores não têm qualquer afiliação política ou interesses pessoais na área.